

45 revistas? Daniel Gomes esclarece ainda que a previsão da AGERH é fazer o
46 cadastramento na bacia do rio Jucu em 3 meses mas ainda não se sabe a data de
47 início dos trabalhos. Uma das possibilidades é se emitir documento para usuário que
48 estava irregular. Serão 3 locais dentro da bacia, para que os usuários possam se dirigir
49 para cadastrar suas captações e os cadastradores poderão ir a campo em algumas
50 situações para cadastrar in loco. Será firmado convênio com a FAPES (Fundação de
51 Amparo a Pesquisa do Espírito Santo) que disponibilizará 6 bolsistas para esse
52 trabalho. Eduardo Lang (Incapar) diz que o prazo de 3 meses possivelmente não será
53 suficiente para cobrir toda a bacia. Daniel Gomes diz que se não for suficiente existe a
54 possibilidade de prorrogação do prazo. José Dalton sugere que a AGERH articule com
55 as prefeituras, sindicatos, etc. apoio na divulgação da ação. Gabrielle Rossi diz que
56 algumas das informações que são importantes para outorga já podem constar no
57 cadastro de Viana. Carla Caon entende que deve haver um prazo para finalizar a ação
58 do cadastramento pela AGERH. Aline Serau lembra que é uma ação de campo da
59 AGERH, intensiva e com prazo, mas que mesmo ao final dessa ação mantem-se
60 aberta a oportunidade para o usuário realizar seu cadastro na AGERH. Vera Martins
61 reforça e diz que o cadastro é obrigatório e contínuo. Nesse momento existe um projeto
62 de 3 meses para se cadastrar o maior numero possível com possibilidade de
63 prorrogação. André Krolling lembra que existe um preconceito do produtor que acha
64 que se ele se cadastrar vai ficar sem água ou essa água que ele usa será cobrada no
65 início. Diz que é importante se esclarecer o agricultor sobre os objetivos da outorga.
66 Elio de Castro consulta a plenária sobre o documento e se pode-se considera-lo
67 aprovado. Ninguém se mostrou contrário e a minuta da deliberação foi aprovada. 4)
68 **Informações sobre a Revisão do Regimento Interno do Comitê – GT de Revisão**
69 **do Regimento Interno – André Sefione**, que é membro relator do Grupo de Trabalho
70 de Revisão do Regimento, lembra que a última minuta discutida pelo grupo já foi
71 encaminhada em fevereiro aos membros da Plenária para conhecer e colaborar.
72 Lembra que conforme Resolução CERH e Regimento atual é necessário uma reunião
73 extraordinária com único ponto de pauta para a Plenária aprovar a revisão do texto.
74 Elio de Castro sugere dia 27 de abril das 14 às 16hs em Viana. Os presentes estão
75 todos de acordo. 5) **Informações sobre andamento do Plano de Comunicação do**
76 **Comitê - GT do Plano de Comunicação** – Elio de Castro passa a palavra para
77 Giordano Roldi, que junto com Gabrielle Rossi e José Azevedo formaram um Grupo de
78 Trabalho para propor alternativas para o assunto. Giordano Roldi diz que o grupo
79 propõe aos colegas convidar uma profissional de comunicação que presta serviços ao
80 INJAPA, instituição que Giordano Roldi representa, para uma conversa com o Comitê
81 de forma a juntar elementos mais consistentes sobre o que o Comitê pretende e espera
82 do Plano de Comunicação. Os presentes estão de acordo. Vera Martins lembra a todos
83 que no Plano de Bacia existem diretrizes sobre o Plano de Comunicação. Aline Serau
84 lembra que o Plano de Comunicação também é meta do PróComitês e se propõe a
85 auxiliar o Grupo. Elio de Castro lembra também que conversou com o professor
86 Edmilson Teixeira e a pesquisadora Andressa Pereira do Labgest da UFES, que
87 também se dispuseram colaborar nesse Plano de Comunicação junto com o GT.
88 Também sondou com Carla Caon da ArcelorMittal-Cariacica a possibilidade de
89 recursos para custear o Plano de Comunicação. Carla Caon lembra que necessita de
90 estimativa de valores para encaminhar a empresa para avaliação de viabilidade. 6)
91 **Informações sobre Relatórios de Gestão de 2015 e 2016** – Sobre as cópias
92 impressas dos relatórios que estão nas mãos dos presentes para manuseio, André
93 Sefione lembra que esses relatórios foram aprovados pela Plenária e encaminhados
94 para o CERH conforme determina legislação estadual. Lembra que faltou no relatório
95 de 2016 as atas de novembro último, aprovadas na presente reunião. Alguns membros
96 presentes elogiam os relatórios. Nesse momento André Sefione pede licença para
97 apresentar o atual Secretário de Meio Ambiente de Marechal Floriano, que chega à

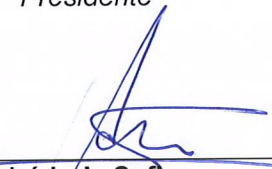
98 reunião, Sergio Luiz Ferreira, indicado pelo prefeito para ocupar a cadeira de titular de
99 Marechal Floriano no comitê. O Secretário saúda a todos e pede desculpas pelo atraso
100 que aconteceu por demanda urgente do prefeito. Diz que está contente em poder
101 participar do Comitê e coloca-se totalmente a disposição para colaborar no que for
102 possível. **7) Deliberação sobre Diretrizes de Outorga do uso dos recursos hídricos**
103 **na bacia hidrográfica do rio Jucu** – André Sefione lembra aos presentes que as
104 diretrizes de outorga foram discutidas pelo Comitê em 2014, durante a elaboração do
105 Plano de Bacia, sinalizando basicamente percentuais sobre a vazão de referência
106 (Q_{90}), passíveis de serem retirados dos rios nas 5 Unidades de Planejamento
107 aprovadas pelo Comitê para facilitar a elaboração do Plano. No entanto, era necessário
108 transformar essa proposta de números numa deliberação (texto) que explique e deixe
109 claras as regras para a sociedade e para os analistas da AGERH, que avaliam e
110 emitem as outorgas. Assim a colega Aline Serau da AGERH assumiu a tarefa junto
111 com a equipe de outorga, em traduzir aqueles valores sinalizados em 2014 para a
112 minuta de deliberação em pauta, que foi encaminhada à plenária para conhecimento
113 prévio. André Sefione lembra ainda que essa minuta foi avaliada pela CT de Cobrança,
114 por ideia da plenária em reuniões passadas, aproveitando-se de criar outro grupo de
115 daquele grupo, para dar celeridade ao processo evitando-se de criar outro grupo de
116 trabalho ou nova Câmara Técnica. Com a palavra Aline Serau complementa dizendo
117 que os valores de percentuais permitidos de captação foram sugeridos pela Plenária
118 em 2014 e tiveram como base estudos da empresa contratada sobre os históricos de
119 vazões dos rios (Q_{90}) e estimativa de demanda pela água. Ela ressalta que a equipe
120 técnica da AGERH, durante a elaboração da minuta fez uma nova análise dos
121 percentuais propostos e apresentou, além do texto da minuta, sugestões de alteração
122 dos percentuais para a Plenária avaliar. Aline Serau, lembra que esses novos
123 percentuais foram analisados e discutidos na CT de Cobrança e o grupo entendeu que
124 são mais coerentes com as características de demanda da bacia e a situação atual. O
125 texto é projetado na tela e apresentado por Aline Serau que responde alguns
126 questionamentos dos presentes. Finalmente o presidente Elio de Castro propõe
127 votação sobre a minuta de deliberação. Feito o questionamento 13 (treze) membros
128 titulares votaram a favor do texto e das propostas de alteração nos percentuais
129 apresentadas e 1(um) membro se absteve. George Venturim precisou sair nesse
130 momento, mas a plenária continuou com quórum para eventuais votações. **8)**
131 **Deliberação sobre o pedido de irrigação para pesquisa do Centro Regional**
132 **Serrano do Incaper** – André Sefione esclarece que o Centro de Pesquisa do Incaper,
133 conhecido como Fazenda do Estado, solicitou ao Comitê desde Novembro de 2016
134 autorização para que seja ampliado o horário de irrigação que se iniciaria as 18hs,
135 conforme ACCII vigente na bacia, para as 15:30. Essa irrigação teria duração de 1:15
136 horas. Serviria para algumas culturas anuais temporárias e perenes dos experimentos
137 daquele centro de pesquisa. Esse pedido se faz necessário dada a impossibilidade de
1386 se manter funcionários além do período das 18 horas, e a falta de irrigação prejudicaria
139 os experimentos. Trata-se de uma vazão de captação muito pequena (1,7 l/s), mesmo
140 se considerarmos que a mesma acontece num trecho alto da bacia, onde a
141 disponibilidade é menor do rio Jucu. O sistema de irrigação é de micro aspersão. André
142 Sefione destaca que, utilizando o Google Earth, delimitou a bacia de contribuição no
143 ponto de captação, e verificou que a montante da Fazenda do Estado, antes de se
144 identificarem novos irrigantes, tem-se 3 pequenos tributários que contribuem com o rio
145 Jucu. Eduardo H. W. Lang, servidor do Incaper naquele centro, pede a palavra e
146 lembra também que a Fazenda do Estado aguarda da AGERH resposta a solicitação
147 de outorga feita no início do ano (Número 76808211). Frente aos números e ao fato da
148 função científica e social daquele centro de pesquisas, André Sefione propõe aos
149 membros do comitê que aceitem o pedido nos mesmos termos que foi aceito o pedido
150 da Fertilizantes Heringer no baixo Jucu. Destaca que a deliberação não substitui a

151 outorga, e trata-se de documento onde o Comitê diz estar ciente da captação e não faz
152 objeção a mesma desde que a demanda não prejudique nenhum abastecimento
153 humano ou dessedentação animal e a requerente compromete-se a interromper a
154 captação imediatamente caso ela mesma, o Comitê ou a AGERH identifique esse
155 prejuízo. A proposta de deliberação atendendo a solicitação da Fazenda do Estado foi
156 posta em votação pelo presidente Elio de Castro sendo aprovada com 11 (onze) votos,
157 tendo 1 (um) voto contra e 1(uma) abstenção. Em seguida Merci Pereira Fardin
158 precisou sair, mas a plenária continuou com quórum para votação. **9) Informações**
159 **sobre Cenário de Alerta nas bacias hidrográficas do Espírito Santo - Resolução**
160 **AGERH nº 049/17** – sobre esse assunto Elio de Castro lembra que na última reunião
161 do Comitê foi aprovado o encaminhamento de Ofícios para a AGERH e CESAN com
162 questionamentos. Nesse momento entrega as vias dos ofícios de números 9, 10 e 11
163 protocolados naquelas instituições, ao Secretário Executivo André Sefione, para
164 arquivamento. Lembra que houve uma reunião da diretoria convocada por ele para
165 elaboração dos ofícios, mas que André Sefione não pode participar, estando presentes
166 ele (Elio de Castro) e a vice presidente, Vera Martins. André Sefione faz questão de
167 esclarecer aos presentes, e registrar em ata, que de fato não pode participar da
168 reunião, mas na condição de membro da diretoria deveria ter tido conhecimento das
169 minutas dos ofícios 9 e 10, até por ser representante da CESAN, que estava sendo
170 questionada em um dos ofícios. Entende que é legítimo ao comitê questionar, e estava
171 presente na última reunião e ciente dos encaminhamentos. José Dalton se solidariza
172 com os ofícios encaminhados pelo presidente e entende que o fato não deve causar
173 prejuízo para André Sefione. Vera Martins, vice presidente, entende que a diretoria no
174 caso, ela ou o presidente Elio de Castro deveriam, sim, ter dividido com o secretário
175 executivo a elaboração dos mesmos. Paula Andrade sugere que os ofícios sejam
176 encaminhados por email a plenária, antes de se protocolar ao seu destino final. Elio de
178 Castro diz que trata-se de ofícios encaminhados pela presidência do Comitê,
179 acordados em reunião da plenária e que não é necessária a aprovação dos textos dos
180 ofícios pela plenária. André Sefione, concorda com a fala de Elio de Castro, mas
182 registra seu desapontamento como membro da diretoria que devia ser consultado
183 sobre temas relativos ao comitê. Não havendo mais tempo disponível para a discussão
184 dos três pontos de pauta restantes, o presidente Elio de Castro encerrou a reunião
185 agradecendo a todos.

Marechal Floriano, 24 de Abril de 2017.



Elio de Castro Paulino
Presidente



André Luiz Sefione
Secretário Executivo